F.Ó.R.U.M

REVISTA DA **ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS** DO ESTADO DE RIO DE JANEIRO

NÚMERO **56** | ANO **19** | ABRIL + MAIO + JUNHO | **2019**

ASSOCIAÇÕES UNIDAS DEFENDEM A MAGISTRATURA

Os presidentes da AMAERJ, Renata Gil, e da APAMAGIS, Fernando Bartoletti, na votação das '10 Medidas contra a corrupção', na CCJ do Senado

A AMAERJ E O APERFEIÇOAMENTO INTERNACIONAL

Associação promove cursos para juízes no exterior

p.**10**

7º ENAJE HOMENAGEIA MULHERES DO JUCIÁRIO

Encontro levou mil magistrados a Foz do Iguaçu (PR)

p.**20**

NÃO ÀS MUDANÇAS NA JUSTIÇA ELEITORAL

AMAERJ comanda repúdio à retirada das funções eleitorais dos juízes estaduais

p.**24**

AMAERJ

ESTIMADOS,

Sempre acreditei que a AMAERJ deveria estar presente, com uma atuação ativa no Congresso Nacional. São muitos os projetos que nos interessam no Legislativo - e nossa associação precisava estar próxima dessas pautas. Desde o início da gestão, em 2016, a AMAERJ passou a ter um diálogo direto com os deputados e senadores para mostrar a posição da magistratura em relação a cada proposta legislativa.

O começo foi difícil. Com o tempo, ganhamos a confiança como interlocutores capacitados. O trabalho da AMAERJ foi avaliado pelos próprios parlamentares como sério e importante. Conseguimos inúmeras vitórias para a classe em propostas que ameaçavam a independência do Poder Judiciário e da magistratura, em um momento de grave crise política. Nossa atuação, em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros e as demais entidades estaduais, mostrou-se fundamental para a alteração e a rejeição de projetos.

Atualmente, estamos lutando firmemente no Parlamento em duas pautas muito importantes: o abuso de autoridade (PLC 27/2017) e a Reforma da Previdência (PEC 6/2019). Os dois projetos apresentam inconsistências e prejudicam a magistratura em determinados pontos. Esta edição da **FÓRUM** mostra o trabalho associativo na capital federal em defesa da classe.

Nosso esforço no Congresso, no entanto, não impede que prossigamos com a atuação em outras áreas. No Conselho Nacional de Justiça, defendemos os associados em plenário, com destaque para o arquivamento da reclamação disciplinar contra o juiz do TJ-RJ Marcelo Alberto Chaves Villas.

No Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, conquistamos uma grande vitória para os magistrados fluminenses, especialmente os aposentados. Atendendo ao pedido da AMAERJ, o Conselho da Magistratura regulamentou a forma de pagamento dos juros compensatórios referentes ao extinto Fundo de Reserva.

Por meio de requerimentos ao TJ-RJ, a AMAERJ também trabalha pela melhoria nos gabinetes dos juízes e pela alteração do Novo Estudo de Lotação (Provimento nº 28 da Corregedoria Geral da Justiça).

Na COMAQ (Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais do TJ-RJ), conseguimos a ampliação para 30 dias úteis do prazo máximo para a devolução de autos conclusos pelos juízes de primeiro grau.

Estaremos sempre na luta para defender a magistratura, seja no Rio ou em Brasília. Juntos somos mais fortes.

Renata Gil de Alcantara Videira
PRESIDENTE DA AMAERJ

FOTO: MATHEUS SALOMÃO

Caro leitor,

A intransigente defesa da magistratura brasileira pela AMAERJ e associações coirmãs é o tema de capa desta **FÓRUM**. O jornalista Diego Carvalho relata como a presidente Renata Gil e demais lideranças têm atuado em Brasília - e onde mais for preciso - para que os magistrados brasileiros tenham respeitados os direitos adquiridos e as prerrogativas da categoria.

Uma das muitas tarefas a que a direção da AMAERJ se dedica com afinco é o aperfeiçoamento profissional dos magistrados. Cursos, seminários e eventos promovidos pela entidade se sucedem ao longo dos meses. Nesta edição, falamos sobre as parcerias com universidades na Europa e nos Estados Unidos. Como diz a presidente Renata Gil, "a ideia é que os cursos complementem o nosso aprendizado", pois "nossa atividade exige o aperfeiçoamento contínuo".

Seminário sobre a pesquisa "Quem somos. A magistratura que queremos" reuniu ministros, magistrados, sociólogos, especialistas, advogados e jornalistas. Entrevistamos o norte-americano Bryan Garth, vice-reitor da Irvine School of Law (Universidade da Califórnia). Com bases na pesquisa sobre o perfil da magistratura brasileira, Garth concluiu que nossos juízes estão sobrecarregados.

A **FÓRUM** traz artigo da socióloga Jacqueline Pitanguy, pioneira no estudo sobre como as questões de gênero impactam a sociedade brasileira. Ela escreve sobre a importância de sabermos todos que "gênero é diferente de sexo" e que não há "um determinismo biológico" nas estruturas de poder entre homem e mulher.

Enviada especial ao 7º Enaje, a jornalista Evelyn Soares narra as atividades desenvolvidas em Foz do Iguaçu, cidade na tríplice fronteira Brasil/Argentina/Paraguai. Promovido pela AMB, o encontro homenageou mulheres que se destacam no Judiciário, entre elas Renata Gil, que recebeu a Comenda Cruz do Mérito.

Texto importante desta **FÓRUM** conta como a AMAERJ tem agido contra a proposta de transferência para a Justiça Federal das atribuições eleitorais até agora a cargo dos Juizados do Estados brasileiros. É incabível que tal ideia prospere. Historicamente, os juízes estaduais exercem funções importantíssimas, e de modo muito competente, nos Tribunais Regionais Eleitorais.

Capa do Cariocando, espaço dedicado ao turismo, artes, esporte e literatura, a reportagem cultural desta edição revela a situação da arte naïf no Rio de Janeiro. Por falta de verbas, o museu, sediado em casarão no bairro de Laranjeiras, fechou. Parte de seu precioso acervo integrou a exposição que levou milhares de pessoas ao Parque Lage nos últimos dois meses.

O Canadá de colonização francesa é mostrado nas páginas de turismo. Com foco na secular Quebec, o texto indica os encantos da França Americana, como é conhecida a região. Palácios, mirantes, o Rio São Lourenço, parques e até uma imponente catarata são atrações de Quebec.

Em Esporte, o jornalista Matheus Salomão informa como serão os Jogos Comemorativos do 70º aniversário da Associação dos Magistrados Brasileiros, em Brasília. Haverá disputas em oito modalidades esportivas, em setembro.

Prezados leitores, esperamos que curtam mais uma edição de **FÓRUM**.■

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE
Renata Gil
1º VICE-PRESIDENTE
André Gustavo Correa de Andrade
2º VICE-PRESIDENTE
Ricardo Alberto Pereira
SECRETÁRIA-GERAL
Eunice Bitencourt Haddad
1ª SECRETÁRIA
Marcia Alves Succi
2º SECRETÁRIO
Felipe Carvalho Gonçalves da Silva
1º TESOUREIRO
Luiz Alfredo Carvalho Junior
2º TESOUREIRO
João Felipe Nunes Ferreira Mourão

FÓRUM AMAERJ

EDITOR
Sergio Torres
REDAÇÃO
Diego Carvalho, Evelyn Soares, Matheus Salomão e Sergio Torres
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Andréa Miranda
DESIGN
Wallace Ferreira
CONTATO
revista@amaerj.org.br
IMPRESSÃO
Gráfica Mec
TIRAGEM
2.000 exemplares

SEDE DA AMAERJ
Rua Dom Manuel, 29 - 1° andar
Rio de Janeiro | RJ | Brasil |
CEP 20010-090
Tel.: (21) 3133-2315

FOTO DA CAPA: MATHEUS SALOMÃO

Representante da AMB, Renata Gil apresenta ao relator os pedidos da magistratura para alterar o projeto de abuso de autoridade

3 **MENSAGEM DA PRESIDENTE**

4 **CARTA DO EDITOR**

6 **PALAVRAS AO VENTO**

8 **IMAGEM DA FÓRUM**

10 **AMAERJ ACADÊMICA**
Associação investe no aprimoramento dos magistrados do Rio de Janeiro

14 **AMAERJ EM MOVIMENTO**

16 **EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA JUSTA**

19 **ARTIGO**
por **JACQUELINE PITANGUY**

20 **ENTRE O REAL E O IDEAL**
Magistrados participam do 7º Enaje, em Foz do Iguaçu

23 **INCLUSÃO FEMININA NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE**

24 **AMAERJ LIDERA REAÇÃO A MUDANÇAS NA JUSTIÇA ELEITORAL**

26 **AÇÃO NO CONGRESSO EM DEFESA DA MAGISTRATURA**
Em trabalho conjunto, associações atuam em Brasília contra retrocessos

29 **PESQUISA EM DEBATE**

30 **ENTREVISTA**
Professor Bryant Garth

31 **CARIOCANDO**

32 » Cultura
Naïf, a arte intuitiva que encanta e surpreende

34 » Turismo
Quebec é a França Americana

37 » Esporte
Jogos Comemorativos festejam o 70º aniversário da AMB

38 » Estante
Literatura jurídica tem cinco lançamentos

FOTOS: AMAERJ, JOANA MENESES E AMB

“Enquanto vivermos num mundo onde uma filosofia de soberania do século 12 é reforçada por um modelo judiciário do século 18, defendido por um conceito de combate ao crime do século 19 que ainda está tentando chegar a um acordo com a tecnologia do século 20, o século 21 pertencerá aos criminosos.”

Jeffrey Robinson, escritor norte-americano

“QUALQUER TENTATIVA DE AFASTAR OS JUÍZES ESTADUAIS DA JUSTIÇA ELEITORAL OU SUBSTITUI-LOS POR OUTROS JUÍZES É INCONSTITUCIONAL, CONFORME JÁ DECIDIU O TSE.”

Jayme de Oliveira,
presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), em audiência no Tribunal Superior Eleitoral

“A magistratura do Rio de Janeiro está dando resposta ao que a sociedade espera, preocupada com seus anseios.”

Humberto Martins, corregedor nacional de Justiça, em inspeção no TJ-RJ

“É injustificável alterar a estruturação de um ramo especializado do Judiciário que notoriamente tem funcionado bem, atendido com eficiência à demanda por prestação jurisdicional.”

Milton Nobre,
ex-presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça, em artigo no ConJur sobre a proposta de alteração da competência da Justiça Eleitoral

“O juiz da Vara da Infância e Juventude tem que fazer uma escolha todos os dias: mandar o adolescente para unidades superlotadas ou deixá-lo em liberdade, colocando a vida dele ou de outras pessoas em risco. É uma realidade difícil.”

Vanessa Cavalieri,
juíza do TJ-RJ, em “O Dia”

“O grande problema da execução penal no Brasil é a ausência de políticas públicas que permitam a reinserção do apenado na sociedade.”

Rafael Estrela,
juiz da VEP (Vara de Execuções Penais) do Rio de Janeiro, ao ConJur

“Peça forte de sustentação da tradição brasileira é a sua magistratura. O remédio heroico para males [do Brasil] foi a criação de uma magistratura de Estado, desvinculada dos poderes locais.”

Luiz Werneck Vianna, sociólogo e professor da PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), em artigo em “O Estado de S. Paulo”

FOTOS: DANIELLA ZALCMAN E MATHEUS SALOMÃO

FOTO: JOANA MENESES

IMAGEM DA FÓRUM

Magistrados do Rio de Janeiro participaram do curso "Temas de Direito Processual Civil Português", organizado pela AMAERJ em Lisboa, Portugal. Os ministros Luiz Fux, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e Antonio Saldanha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), fizeram as palestras de encerramento

AMAERJ ACADÊMICA

AMAERJ promoveu o curso "Temas de Direito Processual Civil Português", em Lisboa (Portugal), com a participação do ministros do STF e do STJ

Associação investe no aprimoramento dos magistrados do Rio de Janeiro

por **DIEGO CARVALHO**

Desde 2010, a magistratura do Rio de Janeiro é a mais produtiva do Brasil. São nove anos consecutivos no topo do ranking do relatório Justiça em Números, do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). O excelente resultado se deve, principalmente, ao eficiente trabalho de gestão de processos realizado pelos magistrados fluminenses.

Exemplo para o país, os juízes do Estado nem sempre encontram tempo para se aperfeiçoar, em decorrência do excesso de trabalho. O TJ-RJ é um dos tribunais com o mais amplo acesso à Justiça, o que se verifica no gigantesco número de ações distribuídas - 1,6 milhão de novos processos no tribunal fluminense em 2018.

Diferentemente de alguns dos demais operadores do Direito, como juízes federais e integrantes do Ministério Público, com menos dificuldades para participar de atividades de aperfeiçoamento, a presença da magistratura estadual em instituições internacionais ainda é pequena.

A fim de mudar este cenário, a AMAERJ organiza cursos em conceituadas universidades internacionais. Parcerias com instituições de ensino resultaram na disponibilidade de vagas para os juízes e desembargadores do Rio em aulas na Europa e nos Estados Unidos.

"Nossa ideia é possibilitar aos magistrados participar de pequenos cursos ao longo do ano, a partir de convênios com universidades estrangeiras, para elevar nosso nível de preparo acadêmico. Hoje, nós não temos tempo, mas precisamos tê-lo para evoluirmos", afirmou a presidente da AMAERJ, Renata Gil.

A presidente citou o "Harvard Law Brazilian Association Legal Symposium", nos Estados Unidos, que teve o apoio da AMAERJ em 2018. "A ótima experiência que vivi em Harvard mudou o meu modo de pensar. São muitas análises diferentes que não temos oportunidade de conhecer. Muitos ao redor do mundo estão pensando em como lidar com a Justiça eletrônica. Gostaria que todos tivessem esta oportunidade de participar", disse Renata Gil.

Neste ano, durante cinco dias, integrantes do Poder Judiciário do Rio de Janeiro participaram de intercâmbio

FOTO: JOANA MENESES

de sucesso em Lisboa (Portugal). Organizado pela AMAERJ, o curso "Temas de Direito Processual Civil Português" foi resultado de parceria com a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

As aulas aconteceram de 29 de abril a 3 de maio, com o objetivo de atualizar e aperfeiçoar os magistrados na comparação das leis portuguesa e brasileira. Os alunos tiveram aulas, workshops e visita técnica ao Tribunal Constitucional.

Com carga de 30 horas, o curso abrangeu aspectos do Direito Processual Civil, como introdução aos Direitos Português e da União Europeia, questões controvertidas sobre provas, princípios processuais constitucionais, fundamentação, sentença e coisa julgada, uniformização da jurisprudência, princípio da gestão processual e tutela cautelar e urgente.

A presidente Renata Gil destacou que o intercâmbio entre as magistraturas brasileira e portuguesa é fundamental para o Judiciário dos dois países. Os ministros Luiz Fux, vice-presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luis Felipe Salomão e Antonio Saldanha, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), fizeram palestras no curso.

Abertas em dezembro do ano passado, as inscrições se esgotaram rapidamente. O evento foi organizado, na AMAERJ, pelos juízes Felipe Gonçalves (2º secretário da Associação), Richard Robert Fairclough (diretor de Defesa de Prerrogativas e Direitos dos Magistrados) e Wilson Kozlowski (diretor de Estudos e Pesquisa).

"Esta é uma importante iniciativa da nossa diretoria. Entendemos que a nossa atividade exige o aperfeiçoamento contínuo. A ideia é que os cursos complementem nosso conhecimento", disse Kozlowski.

A coordenação científica foi desempenhada pelo promotor de Justiça Humberto Dalla (MP-RJ). Em Portugal, a organização esteve sob a responsabilidade da Jurisnova, Associação da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

CURSOS INTERNACIONAIS

Em junho, a AMAERJ e a EMERJ (Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro) subsidiaram inscrições para 12 magistrados no curso "Organização Criminal Mafiosa e Lavagem de Dinheiro", na Università Degli Studi di Palermo, na Sicília (Itália).

"A presidente Renata Gil tem se esforçado para proporcionar essa experiência aos associados. O desembargador André Gustavo assumiu a diretoria-geral da EMERJ com

1

2

1. Com recorde de inscrições, a AMAERJ coordenou duas edições do curso de formação continuada "Gestão de Processo Eletrônico", promovido pela EMERJ **2.** Vice-presidente do STF, Luiz Fux fez palestra para magistrados durante curso em Portugal **3.** Com o apoio da AMAERJ, o "Harvard Law Brazilian Association Legal Symposium", nos Estados Unidos, reuniu operadores do Direito do Rio de Janeiro

o propósito de internacionalizar o ensino jurídico. Então, foi um caminho natural unir esforços para patrocinar parte do curso aos associados e magistrados", afirmou o juiz Felipe Gonçalves.

Durante cinco dias, além das aulas, foram realizados workshops na Corte de Palermo, Fundação Antimáfia Giovanni Falcone, Departamento de Polícia de Combate à Máfia, Banco da Itália e Departamento de Combate à Lavagem de Dinheiro.

Em 2018, a AMAERJ apoiou, participou e sorteou inscrições dos eventos "Harvard Law Brazilian Association Legal Symposium" (EUA), "New Trends in the Common Law - Precedent, Tax Law and Regulation" (Inglaterra), "2º Seminário de Cooperação Luso-Brasileiro: a Interface Jurídica Brasil-Portugal" (Portugal), "5º Simpósio Internacional de Direito" (Espanha) e "Corrupção – Um Combate de Todos para Todos" (Angola).

GESTÃO DE PROCESSO ELETRÔNICO

Além dos estudos internacionais, a AMAERJ coordenou duas edições do curso de formação continuada da EMERJ "Gestão de Processo Eletrônico". As aulas reuniram 80 magistrados, em maio e junho. "O curso surgiu a partir de uma solicitação dos juízes de Niterói diante deste momento novo que estamos vivendo no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com atos da Corregedoria e da Presidência", disse Renata Gil.

Um dos professores do curso, o juiz-auxiliar da Presidência do TJ-RJ Fábio Porto concorda com a necessidade de mais ações de aperfeiçoamento para os magistrados, especialmente no exterior.

"A troca de informações é muito rica, abre o seu horizonte. Toda pessoa que já teve a oportunidade de fazer curso em alguma universidade fora do país sabe disso. Esta é uma forma de oxigenar a magistratura. O Judiciário do Rio já teve autores de renome internacional, como o professor Barbosa Moreira (1931-2017), mas os novos colegas não têm tempo para nada, só conseguem trabalhar. A oxigenação é necessária, os cursos nos levam a pensar fora da caixa", ressaltou.

A AMAERJ continuará possibilitando que os magistrados do Rio possam se aperfeiçoar. "Meu objetivo é deixar como legado a Escola Internacional da AMAERJ, com diversos cursos, para que os colegas possam se reciclar", destacou Renata Gil. ■

FOTOS: DIEGO CARVALHO, JOANA MENESES E LINIMBERG PHOTOGRAPHY

AMAERJ CONQUISTA VITÓRIAS PARA A MAGISTRATURA

Associação garante pagamento de juros do Fundo de Reserva, defende juiz no CNJ e requer melhorias ao TJ

por **DIEGO CARVALHO**

O presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, votou pelo arquivamento da reclamação

ARQUIVAMENTO NO CNJ

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) arquivou, em 21 de maio, reclamação disciplinar contra o juiz do TJ-RJ Marcelo Alberto Chaves Villas. A decisão representa importante vitória associativa. A AMAERJ e a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) defenderam o magistrado no Plenário do Conselho, em Brasília. A reclamação foi arquivada por 11 votos a 4. "Agradeço a Renata Gil, nossa presidente, ao incansável advogado da AMAERJ, dr. Júlio Matuch, e à AMB, que me deram todo o apoio", disse Villas.

FUNDO DE RESERVA

Em grande vitória da AMAERJ e da magistratura fluminense, o Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Rio aprovou resolução, em 29 de abril, que regulamenta a forma de pagamento dos juros compensatórios referentes ao extinto Fundo de Reserva. A decisão atendeu ao requerimento da associação, apresentado ao TJ-RJ em outubro de 2018. O pagamento devido a cada magistrado, separados em três grupos distintos (aposentados, ativos e herdeiros), será distribuído em um cronograma de pagamento mensal.

GABINETE DO JUIZ

A AMAERJ apresentou dois requerimentos ao TJ-RJ, em 10 de maio, por melhorias nos gabinetes dos juízes. A Associação solicitou a criação de um programa de residência jurídica para ampliar o número de servidores. O projeto consiste na atuação de um advogado no gabinete durante dois anos, por meio de concurso público, em sistema de pós-graduação. A AMAERJ também pediu a instituição de um buscador de endereços único para aglutinar os sistemas BACENJUD, SIEL, INFOJUD, CDL, INFOSEG e RENAJUD.

Juiz Felipe Gonçalves anunciou os pedidos da AMAERJ, em reunião aberta

REUNIÃO ABERTA

A AMAERJ ouviu a opinião dos juízes sobre o Ato Conjunto 4/2019, em reunião aberta no dia 10 de maio. A norma determinou a desabilitação de locais virtuais no sistema informatizado, implicando na abertura automática de conclusão de todos os feitos aptos à apreciação do juiz, sem que as serventias tenham sido preparadas para tão volumosa movimentação processual. Os magistrados criticaram duramente a norma do TJ-RJ e da Corregedoria, a falta de aviso prévio e discussão das diretrizes, a não observância das consequências do ato e a ausência de estrutura necessária ao gabinete do juiz. Eles apresentaram sugestões de atuação e, juntamente à diretoria da AMAERJ, definiram as ações a serem tomadas.

Na reunião aberta, que aconteceu no Tribunal do Júri, presidente Renata Gil e magistrados tratam do Ato Conjunto

Conselheiro do CNJ Fernando Mattos é o relator do CUMPRDEC

FORÇA DE TRABALHO

Em requerimento enviado ao CNJ, a AMAERJ alertou que o TJ-RJ não apresentou, formalmente ou publicamente, plano de cumprimento da Resolução CNJ 219/2016. A norma trata da distribuição de servidores, de cargos de comissão e de funções de confiança nos órgãos de 1ª e 2ª instâncias para garantir a eficiência operacional do 1º grau. O requerimento foi encaminhado, em 29 de abril, ao conselheiro Fernando Mattos, relator do CUMPRDEC (Acompanhamento de Cumprimento de Decisão) 0002210-92.2016.2.00.0000, que trata da equalização da força de trabalho nos tribunais.

SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

Em 30 e 31 de maio, 16 juízes participaram do 3º Treinamento Operacional para Magistrados, promovido pela AMAERJ e pela Seção de Instrução Especializada do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais). Nas aulas, os magistrados receberam treinamento específico técnico e tático para saber como reagir a situações de risco, com instruções de segurança preventiva e de sobrevivência. O treinamento foi coordenado pelo juiz Richard Fairclough (diretor de Defesa de Prerrogativas e Direitos dos Magistrados da AMAERJ).

Juízes de diversas comarcas do Estado participaram das aulas, na sede do Bope, em Laranjeiras (Zona Sul do Rio)

FOTOS: AGÊNCIA CNJ E MATHEUS SALOMÃO

AMAERJ promoveu encontros para debater a Reforma da Previdência. Magistrados, membros do Ministério Público e da Defensoria, deputados federais e especialistas criticaram as injustiças da proposta e sugeriram mudanças no texto

EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA JUSTA

Associações trabalham no Congresso para alterar aspectos nocivos da PEC

por **DIEGO CARVALHO**

Reuniões com deputados, interlocução nas comissões, realização de debates e apresentação de emendas. A AMAERJ vem agindo de forma intensa na tramitação da Reforma da Previdência. O esforço concentrado tem por objetivo defender os funcionários públicos e garantir uma Previdência mais justa.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019 foi enviada em fevereiro ao Congresso pelo governo federal. Logo após a divulgação da proposta, a AMAERJ iniciou a análise minuciosa do texto, em conjunto com a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros). Rapidamente, as entidades identificaram na Reforma diversos aspectos nocivos ao funcionalismo.

"Não se pode admitir que um projeto de emenda à Constituição, a pretexto de atenuar efeitos da crise fiscal que tem múltiplas causas, demonize os servidores públicos e segurados do Regime Geral de Previdência Social–RGPS, atribua a todos os que receberão benefícios para os quais contribuíram

1. Associações tratam da Reforma da Previdência em encontro na residência oficial do presidente da Câmara. **2.** Reunião com o presidente da CCJC

a pecha de privilegiados e ignore princípios elementares de Direito Tributário e da ordem social", ressaltou a AMB, em nota.

A entidade informou que começaria, naquele momento, a trabalhar contra os pontos "perversos, desumanos e inconstitucionais" do projeto. "As alíquotas fixadas, conforme a faixa de renda, revelam-se confiscatórias, podendo chegar a 22%, o que implica em alíquotas efetivas de mais de 16% e, somadas ao Imposto de Renda, ultrapassará 40%. Tal modificação, se aprovada, dificilmente sobreviverá ao crivo do Judiciário", destacou.

A missão das associações passou a ser levar ao Congresso, de forma democrática, propostas para aperfeiçoar a Reforma da Previdência. A AMB contratou uma equipe de especialistas para auxiliar na elaboração de emendas ao texto.

O acompanhamento direto da AMAERJ no Congresso começou antes mesmo da tramitação da PEC. Na manhã de 13 de março, Renata Gil expôs os problemas da proposta ao deputado Felipe Francischini (PSL-PR), que seria eleito presidente da CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania) horas depois.

> "AS ALÍQUOTAS FIXADAS, CONFORME A FAIXA DE RENDA, REVELAM-SE CONFISCATÓRIAS."
>
> **ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS,** em nota

Após o parecer pela constitucionalidade da matéria na CCJC, as associações intensificaram a atuação na Comissão Especial da Reforma da Previdência, instalada em 25 de abril.

No início de maio, em reunião com Renata Gil e dirigentes associativos, o deputado federal Marcelo Ramos (PR-AM), presidente da Comissão Especial, garantiu dar voz à magistratura nas discussões e audiências públicas sobre a Reforma.

Em reunião na residência oficial do presidente da Câmara, em 8 de maio, os dirigentes das associações estaduais de magistrados discutiram a Reforma da Previdência. A presidente Renata Gil participou do encontro, que reuniu Rodrigo Maia (presidente da Câmara - DEM/RJ), Davi Alcolumbre (presidente do Senado - DEM/AP) e Dias Toffoli (presidente do Supremo Tribunal Federal - STF).

Ao longo de maio, na Câmara, Renata Gil apresentou emendas e colheu assinaturas dos líderes dos partidos. Ao lado de colegas dirigentes, ela mostrou os aspectos nocivos da PEC e os pontos que precisam ser alterados, como alíquotas, regras de transição e pensão por morte. A Associação também trabalha para retirar os Estados e municípios da Reforma.

DEBATES NO RIO

Além do trabalho em Brasília, a AMAERJ promoveu debates sobre a PEC no Rio de Janeiro. Em março, magistrados, membros do Ministério Público e da Defensoria e deputados federais participaram do encontro, no Tribunal de Justiça. Eles apontaram as questões perversas da proposta do governo federal e ressaltaram as injustiças contra os servidores públicos.

O deputado federal Mauro Benevides Filho (PDT-CE) afirmou que levará ao Congresso as sugestões apresentadas.

FOTOS: ALEXANDRE CAMPBELL E AMB

1. Dirigentes discutem PEC com o presidente da Comissão Especial
2. Presidentes de associações e o senador Marcos Rogério (DEM-RO)

"Do jeito que está a PEC, nós do PDT vamos votar contra. Apresentaremos na Comissão Especial uma alternativa ao que está sendo proposto. Estou levando daqui várias sugestões, pontos que foram realçados por magistrados e procuradores", disse o parlamentar.

O evento foi conduzido pelo juiz Felipe Gonçalves (2º secretário da AMAERJ). Ele destacou que a PEC altera profundamente os regimes da Previdência Social. "Para o governo federal, a reestruturação da Previdência urge, como forma de aumentar a arrecadação e reduzir gastos. Mas nós seremos profundamente afetados com essa reestruturação. E, antes que sejamos encobertos por esse maremoto, não podemos deixar de debater o tema. Será essa Reforma, do jeito que está proposta, constitucional? O princípio da irredutibilidade dos vencimentos não seria diretamente afetado? E o princípio do não confisco?", perguntou o magistrado.

O promotor Paulo Penteado Junior (presidente da Associação Paulista do Ministério Público) ressaltou que os servidores públicos estão sendo apresentados como os "grandes vilões da história do país".

"O impacto nos regimentos próprios de Previdência não foi propriamente causado pelos servidores, foram causados por medidas políticas adotadas. Se existe déficit, quem vai pagar por esse déficit? Somos só nós, funcionários públicos? Se houver necessidade da Reforma da Previdência, que ela seja dividida por toda a sociedade e que não recaia nos ombros daqueles que estão aqui há muitos anos contribuindo por um Brasil melhor."

> "A ALÍQUOTA MÁXIMA PREVISTA EM 22% É ABUSIVA. AS REGRAS PRECISAM SER MAIS OBJETIVAS E MAIS BRANDAS."
> **FELIPE FRANCISCHINI,** Presidente da CCJC

Segundo Marcos Nusdeo (diretor de Previdência da Associação Nacional dos Procuradores do Estado e presidente da Associação dos Procuradores de São Paulo), o déficit aumentará em um primeiro momento.

"O custo de transição do atual sistema para um sistema de capitalização é muito maior do que se for mantido o sistema de repartição. Além disso, o risco de supressão de direitos por essa proposta é imenso. A desconstitucionalização, na forma proposta, é inconstitucional e inadequada. Vai criar mais insegurança jurídica."

No segundo debate promovido pela AMAERJ, em maio, a professora de Direito Vanice Valle disse que a proposta afeta a todos os que estão em atividade profissional. "Temos que interferir no processo decisório da Previdência, antecipar os problemas. Vamos atuar na prevenção deste tema, que é do nosso próprio interesse. O texto da PEC é vastíssimo. O cenário é muito complexo. Há muitos elementos no texto que devem ser acompanhados com a devida atenção", afirmou.

CRÍTICAS

Durante o 7º Enaje (Encontro Nacional de Juízes Estaduais), o presidente da CCJC defendeu que a PEC é importante para o país, mas criticou pontos do texto, como as alíquotas de contribuição e as regras de transição. "Hoje a alíquota máxima prevista em 22%, na minha visão, é abusiva. Acredito que para manter uma reforma justa, temos que manter a segurança jurídica e a previsibilidade. As regras precisam ser mais objetivas e mais brandas, porque realmente têm algumas distorções muito grandes", reconheceu Felipe Francischini.Esse trecho não existe no texto original.

Em 30 de maio, último dia do prazo para a apresentação de emendas, a Comissão Especial recebeu 277 pedidos de alteração no texto da PEC. ■

POR

JACQUELINE PITANGUY

SOCIÓLOGA, CO-FUNDADORA DA ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL CEPIA (CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO)

O CONCEITO DE GÊNERO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

"Na infância a mulher deve sujeitar-se a seu pai; na juventude, a seu marido; quando ele morre, a seus filhos. A mulher nunca deve ser livre de sujeição." Código Hindu de Manu, V.

O movimento feminista contribuiu fundamentalmente para a elaboração do conceito de gênero. O movimento questionou a atribuição de hierarquias e desigualdades às relações entre homens e mulheres, justificadas em nome da biologia e de suposta "essência" ou "natureza" feminina e masculina. É importante ter presente que, ao longo da história e em diferentes civilizações, o padrão predominante tem sido o da relação hierárquica entre masculino dominante e feminino subalterno. Ao afirmar que as diferenças sexuais não são, por si só, determinantes das diferenças sociais entre homens e mulheres, o feminismo chamou atenção para o peso da cultura, de valores, crenças e da forma como se organizam as estruturas de poder em determinada sociedade na construção social de identidades masculinas e femininas. Essas identidades, significadas pela cultura, estão impregnadas por relações de poder e não derivam de um determinismo biológico.

Gênero é conceito que tem sua origem no feminismo acadêmico. Joan Scott, professora universitária de Princeton (EUA), deu contribuição teórica fundamental para as análises de gênero, ao publicar, em 1986, o artigo "Gender: a Useful Category of Historical Analysis", na American Historical Review (dezembro 1986).

Entretanto, antes de cunhar o conceito, que é contemporâneo, estudos já procuravam demonstrar que, além da biologia, fatores de ordem social e cultural contribuíam para a configuração de identidades masculinas e femininas. Em 1949, Simone de Beauvoir publica o clássico "O Segundo Sexo", livro em que afirma o papel da cultura e do poder na configuração do masculino e feminino, sintetizado em sua famosa frase "não se nasce mulher, se torna mulher."

Importante ter presente que gênero é diferente de sexo. Sexo se refere à biologia, às diferenças anatômicas e fisiológicas entre homens e mulheres. Gênero aponta para a intermediação da cultura e do poder na atribuição de qualidades e papéis sociais diversos, via de regra hierarquizados entre homens e mulheres. As identidades de gênero se constroem socialmente. Por esta razão, são dinâmicas, mudando ao longo da historia.

Gênero é conceito fundamental não só para entender a posição das mulheres, o eterno feminino que não é eterno, porque construído socialmente. Também para a compreensão do masculino, e das masculinidades, da mesma forma construídos socialmente. Trata-se de conceito relacional, concebido originalmente para analisar as relações sociais entre homens e mulheres. Entretanto, também a partir da luta politica do movimento LGBTT para afirmar a orientação sexual como um componente fundamental dos direitos humanos, a identidade de gênero se expande além de seu sentido binário. ■

FOTOS: AMB E THE INSTITUTE FOR INCLUSIVE SECURITY

Entre o real e o ideal

Magistrados participam do 7º Encontro Nacional de Juízes

por **EVELYN SOARES,**
enviada especial a Foz do Iguaçu

Foz do Iguaçu (PR) reuniu mil juízes de todo o Brasil de 23 a 25 de maio. No 7º Enaje (Encontro Nacional de Juízes Estaduais), promovido pela AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), 31 magistrados do Rio de Janeiro participaram dos painéis sobre "A Magistratura na Sociedade Brasileira – entre o Real e o Ideal".

Na abertura, a presidente da AMAERJ e vice Institucional da AMB, Renata Gil, recebeu a Comenda Cruz do Mérito – honraria concedida aos que se dedicam à melhoria e valorização do Poder Judiciário e da magistratura.

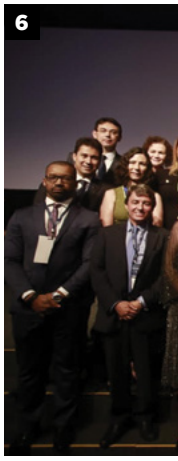
"É a consagração de um trabalho realizado há anos, com muito esforço, por ser uma atuação concomitante com a AMAERJ, associação robusta e destacada no cenário nacional. Fico muito feliz por ter este trabalho reconhecido", declarou a homenageada.

O presidente da AMB, Jayme de Oliveira, destacou que a entrega das comendas a mulheres estimula a participação feminina no Judiciário. Onze dos 17 premiados eram magistradas.

"Precisamos aumentar o número e a presença delas nas lutas associativas. Faço uma homenagem a essas 11 magistradas e reafirmo a importância de que tenhamos cada vez mais mulheres no Judiciário."

No segundo dia, Renata Gil conduziu o painel "Pesquisa 'Quem somos. A Magistratura

5


6

1. Renata Gil preside painel "Pesquisa 'Quem somos. A magistratura que queremos': Preconceito" **2.** Dias Toffoli **3.** Alexandre de Moraes **4.** Luiz Fux **5.** Homenageados com Comenda Cruz do Mérito na abertura do 7º Enaje. **6.** Presidentes e representantes de associações de magistrados

que Queremos': Preconceito". O debate foi protagonizado por dois magistrados negros e duas juízas, que expuseram questões de raça e gênero na magistratura brasileira.

PRERROGATIVAS EM VOGA

A permanência dos juízes estaduais à frente da Justiça Eleitoral foi defendida pelo presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli, na palestra magna. "A Justiça Eleitoral, através de vossas excelências, dá conta dos processos em prazos recordes, com rapidez e extrema qualidade."

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, falou sobre a segurança do Poder Judiciário. Para ele, reestruturar o modelo atual exige a criação de varas regionais colegiadas de última instância. "Desta forma, conseguiríamos possibilitar a segurança reativa e preventiva dos magistrados."

No encerramento, o vice-presidente da STF, Luiz Fux, destacou o vínculo entre magistratura e sociedade. Aos "companheiros de sacerdócio", ele afirmou que a Justiça "tem de se aproximar do povo porque o respeito às nossas decisões advém da nossa legitimidade democrática".

"Nós não somos eleitos. Somos investidos em cargo vitalício. Nós temos independência", concluiu Fux.

PALESTRAS CONCORRIDAS

Dois convidados comentaram a atuação de juízes e desembargadores. O historiador e escritor Leandro Karnal abordou "Os desafios da magistratura no século 21".

"O colapso da magistratura na história é o colapso da democracia. Intimidando o juiz, o Estado Democrático de Direito desaba", afirmou ele, para quem, "enquanto houver a vivacidade da área jurídica e da magistratura, há esperança".

O painel "Inteligência emocional" trouxe o médico e escritor Augusto Cury, que

FOTOS: MÍDIAS E PRODUÇÕES/AMB E EVELYN SOARES/AMAERJ

1. Parte da delegação do Rio de Janeiro no 7º Enaje **2.** Renata Gil com juízas e participantes de painel no encontro **3.** Leandro Karnal **4.** Augusto Cury

alertou: "Embora vocês tenham uma profissão vital à funcionalidade da sociedade, sua profissão é uma das que têm mais riscos para o esgotamento cerebral com o número de processos e as pressões".

DELEGAÇÃO DO RIO

O juiz Anderson de Paiva Gabriel, em exercício nas 1ª e 2ª Varas de Saquarema, estreou no Enaje. "Considerei uma experiência única conviver com juízes de outros Estados, além de ter fortalecido os laços com os colegas do Rio, compartilhando experiências e debatendo proposições."

Este também foi o primeiro Enaje da juíza Flávia Balieiro, da 3ª Vara Cível de Barra Mansa. "Os painéis permitem que nos aproximemos dos colegas e conheçamos outras realidades, fazendo crescer o sentimento de união em razão dos mesmos desafios enfrentados pela magistratura estadual em todo o país."

MINORIAS EM PAUTA

O IBGE mostra que as mulheres são 51,7% da população brasileira; os negros, 46,7%; os pardos, 8,2%. Os percentuais não se repetem na magistratura, revela a pesquisa da AMB: 33,1% da categoria é feminina; os negros são 18,4%. A diferença foi analisada em "Pesquisa 'Quem somos. A magistratura que queremos': Preconceito", painel mediado por Renata Gil.

Para o desembargador Lorival dos Santos (Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região), "o preconceito, a discriminação, o racismo estão impregnados no imaginário coletivo. Agradeço a iniciativa de colocar o dedo na ferida".

O presidente da Amagis-DF (Associação dos Magistrados do Distrito Federal), Fábio Esteves, definiu o assunto como "necessário e inafastável". "Temos que atuar como antirracistas. Não só no associativismo, mas na prestação jurisdicional."

Ana Rita Nery, juíza do Tribunal de Justiça de São Paulo, disse que a reflexão sobre a diversidade no Judiciário pode trazer "maior legitimidade social e qualificar espaços de trabalho internos", além de indicar a busca de "ambientes de trabalho mais harmoniosos, menos conflituosos e, em última análise, mais felizes".

Para a presidente da Amatra-9 (Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região), Camila Caldas, é importante "enxergar o real e o ideal" e, a seguir, observar que "o caminho das oportunidades entre homens e mulheres é desigual e se perguntar o porquê disso".

A situação se aprofunda, segundo ela, na representação feminina no associativismo: "Por que a mulher não quer participar? É vontade própria ou as situações a fazem não desejar estar ali?".

Novos fatores poderão auxiliar o acesso da mulher à magistratura e ao topo da carreira, diz a juíza Mylene Seidl, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. "A ausência de mulheres em bancas de concurso, nas esferas de segunda instância e em tribunais superiores não incentiva a ascensão. A sociedade tem que estar de olho e exigir uma magistratura mais diversa, seja em gênero, etnia ou orientação sexual."

Para Leila Barsted, coordenadora executiva da Cepia (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação), a sub-representação feminina não se justifica "porque as mulheres têm entrada maciça nas universidades de Direito e, portanto, o acesso delas à Justiça se faz fundamental para que haja a representação da pluralidade da sociedade brasileira". ■

FOTOS: MÍDIAS E PRODUÇÕES/AMB; EVELYN SOARES/AMAERJ E LUIZ SILVEIRA/AG. CNJ

Inclusão feminina no Prêmio CNJ de Qualidade

Conselheira Maria Tereza Uille na Reunião Preparatória

Premiação substituirá o Selo Justiça em Números

por **EVELYN SOARES**

O Prêmio CNJ de Qualidade, anunciado pelo Conselho Nacional de Justiça em maio, traz uma novidade: a inclusão do cumprimento da Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário. A Resolução 255/2018, que estabelece diretrizes para assegurar espaços a elas em todas as esferas da Justiça, foi inserida na pontuação do Eixo de Governança.

"Trata-se de um ato pelo qual o CNJ adotou uma postura inovadora e histórica. Há um efeito multiplicador mediante a adoção de medidas pelos tribunais que estimulem a busca pela equidade", afirmou a conselheira Maria Tereza Uille.

Ela lembrou que "o passo em relação à equidade de gênero é ainda uma demanda interna da magistratura, no sentido de que sejam corrigidas distorções históricas, e da própria sociedade civil".

O prêmio substituirá o Selo Justiça em Números. A iniciativa tem como objetivo avaliar e reconhecer os trabalhos dos tribunais nos eixos Transparência e Informação, Governança e Produtividade. ■

Sem tempo?
Nós vamos até você!

ÓTICA
OCCHIALI
2002

Atendimento personalizado
Descontos para os Associados AMAERJ

Av. Nilo Peçanha, 50 - Sala 2002 - Centro - RJ
Tel.: 21 2297 9000 | 21 98502 3931 | www.occhiali2002.com.br

AMAERJ lidera reação a mudanças na Justiça Eleitoral

Magistratura repudia a proposta de retirada da Justiça dos Estados dos encargos jurídicos eleitorais

por **SERGIO TORRES**

A AMAERJ tomou a frente na reação da magistratura nacional à proposta da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, de retirar da Justiça Estadual as atribuições jurídicas eleitorais. Em nota oficial de repúdio divulgada em 25 de março, mesmo dia das declarações de Dodge, a Associação sustenta que a proposição "não encontra respaldo diante do trabalho de excelência que tem sido prestado durante toda a existência da Justiça Eleitoral pelos magistrados estaduais".

"A Justiça Eleitoral tem alto grau de aprovação pela sociedade brasileira. O eventual aumento de demanda em razão da recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) será adequado e melhor suportado pela Justiça que tem o maior número de magistrados, a maior proximidade com a população e a maior capilaridade territorial", alerta a nota da AMAERJ.

O documento oficial manifesta a certeza de que "a mudança pretendida é uma tentativa de enfraquecimento da Justiça Estadual, responsável por 79% dos processos que tramitam no país e que tem se dedicado, dia e noite, para atender à enorme demanda, conforme preceitos estabelecidos na Constituição Federal".

Veemente, o texto garante: "Não nos envergaremos ao ataque inoportuno e unilateral. Seguiremos firmes na luta por um Poder Judiciário forte, independente e eficiente, como mostram os números da Justiça Eleitoral brasileira".

O repúdio da AMAERJ repercutiu em todo o Brasil. O documento foi reproduzido na íntegra pelos sites da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (AMARN) e da Associação dos Magistrados de Pernambuco (AMEPE). A Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS) divulgou trechos da nota oficial.

Em nota, a Associação Paulista de Magistrados (APAMAGIS) cita o texto da associação fluminense. "Com essa nota, a APAMAGIS reforça o repúdio de entidades representativas da Justiça Estadual, já manifestado pela Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ) e pela Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (AMEPE)", informa a APAMAGIS.

A AMERON (Associação dos Magistrados do Estado de Rondônia) também divulgou nota reiterando o repúdio da AMAERJ. A AMAMSUL (Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul) republicou a nota da AMAERJ nas redes sociais.

A nota de repúdio repercutiu, ainda, na imprensa brasileira. O jornal "O Estado de S. Paulo" citou-a em matéria sobre a proposta da procuradora-geral da República. Trechos do texto foram publicados nos sites ConJur, Terra e Jornal do Brasil.

A presidente da AMAERJ e vice Institucional da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Renata Gil, se reuniu com a presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministra Rosa Weber, em 26 de abril, em Brasília. As magistradas falaram sobre a competência da Justiça Eleitoral.

Nota de Repúdio

AMAERJ

NOTA OFICIAL

A AMAERJ repudia a tentativa de retirada da competência da Justiça Estadual para a jurisdição eleitoral. O pedido anunciado pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, não encontra respaldo diante do trabalho de excelência que tem sido prestado durante toda a existência da Justiça Eleitoral pelos magistrados estaduais.

A Justiça Eleitoral tem alto grau de aprovação pela sociedade brasileira. O eventual aumento de demanda em razão da recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) será adequado e melhor suportado pela Justiça que tem o maior número de magistrados, a maior proximidade com a população e a maior capilaridade territorial.

A mudança pretendida é uma tentativa de enfraquecimento da Justiça Estadual, responsável por 79% dos processos que tramitam no país e que tem se dedicado, dia e noite, para atender à enorme demanda, conforme preceitos estabelecidos na Constituição Federal.

Não nos envergaremos ao ataque inoportuno e unilateral. Seguiremos firmes na luta por um Poder Judiciário forte, independente e eficiente, como mostram os números da Justiça Eleitoral brasileira.

1. Também vice-presidente Institucional da AMB, Renata Gil expôs os anseios da magistratura à ministra Rosa Weber, presidente do Tribunal Superior Eleitoral
2. Nota oficial da Associação inspirou protestos da magistratura nacional

"Na reunião, foi explicitado que o texto constitucional determina que o exercício da função eleitoral deve ser dos juízes de Direito, assim entendidos os juízes estaduais. Foi entregue parecer do constitucionalista André Ramos Tavares, que aborda toda a questão da constitucionalidade da matéria", disse Renata Gil após o encontro com a presidente do TSE.

De acordo com a presidente da AMAERJ, "todo o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Justiça Eleitoral durante todos estes anos" foi "aprovado pela população" e tem "alto grau de eficiência".

"O exercício da função eleitoral tem peculiaridades de proximidades com o cidadão, que somente um juiz estadual pode exercer. Temos 5.570 municípios no Brasil, 14 mil juízes estaduais e apenas 2.000 juízes federais. Não há possibilidade de um acompanhamento próximo dos trabalhos eleitorais se não for por um juiz estadual", concluiu a presidente.

Renata Gil afirmou que as ponderações foram apresentadas a Rosa Weber e aos demais ministros do TSE. "Eles bem compreenderam e disseram que cotejarão todos os dados apresentados pela AMB. Manteremos todos os magistrados informados dos próximos passos e da definição da questão."

Em 14 de março, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, por maioria, que processos da Operação Lava-Jato sobre corrupção ligados à prática de caixa 2 devem seguir para a Justiça Eleitoral. Dias depois, a procuradora-geral da República propôs ao TSE que os juízes federais passem a atuar na Justiça Eleitoral.

A Justiça Eleitoral é a segunda maior estrutura do Poder Judiciário. O trabalho que desenvolve tem estrutura, celeridade e responsabilidade para julgar crimes conexos aos eleitorais, segundo o presidente da AMB, Jayme de Oliveira.

"Qualquer tentativa de afastar os juízes estaduais ou substituí-los por outros juízes é inconstitucional, conforme, aliás, já decidiu o TSE", afirmou.

A Justiça Eleitoral tem a melhor média de tempo para proferir sentenças: cerca de dez meses. "O tempo médio para um processo ser baixado no primeiro grau é de dois anos e nove meses, bem abaixo da média nacional, de três anos e oito meses, na área criminal", disse o presidente da AMB. ■

"O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO ELEITORAL DEVE SER DOS JUÍZES ESTADUAIS",

RENATA GIL,
Presidente da AMAERJ

FOTO: MARIA RITA/AMB

2

3

Ação no Congress

DEFESA DA MAGISTR

1 e 2. Renata Gil e representantes associativos em reunião com o relator do projeto do abuso de autoridade senador Rodrigo Pacheco **3.** Magistrados nos corredores do Senado

o em ATURA

Em trabalho conjunto, associações atuam em Brasília contra retrocessos

por

DIEGO CARVALHO, enviado especial a Brasília

Dezesseis horas antes da apresentação do parecer do PLC (Projeto de Lei da Câmara) 27/2017, que tratava do abuso de autoridade, cerca de 25 juízes e promotores se reuniram com o relator, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Naquele momento, na noite de 25 de junho, o texto continha inúmeras inconsistências. Em 90 minutos de reunião, com a participação da presidente da AMAERJ e vice Institucional da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Renata Gil, os representantes da Frentas (Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público) mostraram os riscos da proposta e discutiram de forma ampla e detalhada todos os pontos críticos do texto.

O PLC teve origem na iniciativa popular intitulada "10 Medidas contra a corrupção", que objetiva fortalecer as instituições. Mas, ao longo da tramitação, a proposta foi transfigurada, com artigos que preveem a responsabilização de juízes e promotores, afetando sua independência.

Mudanças na redação das frases e exclusão de incisos e parágrafos, a cada proposta dos dirigentes associativos, o relator anotava as sugestões na própria minuta do relatório. Ao lado do senador Weverton Rocha (PDT-MA), Pacheco mostrou-se receptivo a muitos pedidos, que tinham o objetivo de evitar a inviabilização do trabalho dos magistrados e promotores.

Na manhã de 26 de junho, o relator apresentou o parecer final à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). A partir de emendas orais, ele acolheu a grande maioria das propostas da AMB e da Frentas, de forma a atenuar os impactos do texto.

Após a atuação associativa, foram suprimidos os incisos que consideravam abuso de autoridade agir desidiosamente no cumprimento dos deveres do cargo e proceder de modo incompatível com a

FOTOS: MATHEUS SALOMÃO/AMAERJ

1 E 4. Renata Gil, Jayme de Oliveira (AMB) e Fernando Bartoletti conversam com o senador Arolde de Oliveira (PSD-RJ) **2.** Reunião com a senadora Juíza Selma (PSL-MT) **3.** Magistrados acompanham a sessão da CCJ

honra, dignidade e decoro de suas funções.

Foi excluído o parágrafo que conferia à OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e associações constituídas há mais de um ano a titularidade para interpor ação penal subsidiária por crime de abuso de autoridade. Ainda houve a supressão de dispositivo que conferia à OAB a prerrogativa de requisitar a instauração de inquérito policial e diligências investigatórias.

O senador modificou o dispositivo que definia a pena de reclusão por abuso de autoridade para pena de detenção. Ele suprimiu o parágrafo que previa a modalidade culposa do crime de violação de prerrogativas.

> "O TRABALHO DE CONVENCIMENTO FOI FEITO MUITO INTENSAMENTE. FORAM SUCESSIVAS REUNIÕES COM PARLAMENTARES."
>
> **RENATA GIL,** Presidente da AMAERJ

Também foi incluída a expressão "evidente" no dispositivo que considera abuso a atuação com motivação político-partidária: "Atuar, no exercício de sua atribuição, com evidente motivação político-partidária".

O relatório foi aprovado por 19 votos a 3. A atuação das associações mostrou-se fundamental ao aperfeiçoamento da redação do projeto. O trabalho, no entanto, não estava encerrado. O PLC seguiria para a análise do plenário do Senado, que conta com 81 integrantes, naquela mesma noite. Em atuação conjunta, os representantes das associações se dividiram para conversar com os senadores.

Entre a sessão da CCJ e o início da votação do projeto no plenário, seriam apenas seis horas para o trabalho de interlocução. Nos encontros, Renata Gil atuou em parceria com o presidente da APAMAGIS (Associação Paulista de Magistrados), Fernando Bartoletti. Quilômetros foram percorridos por salões, corredores e gabinetes no Congresso para explicar a posição das categorias do Judiciário e convencer os senadores a alterar outros pontos do projeto.

As associações conseguiram apoios importantes, mas o acirrado ambiente político não permitiu que todas as sugestões fossem atendidas. À noite, como primeiro item da pauta, o PLC foi votado e aprovado por 48 votos a 24.

Apesar dos avanços, a proposta aprovada ainda traz preocupações à magistratura, especialmente em relação ao crime de violação de prerrogativas. "O trabalho de convencimento foi feito muito intensamente desde a semana anterior. Foram sucessivas reuniões com parlamentares responsáveis pela relatoria e condução do projeto. Entendemos que houve uma amenização com relação aos tipos penais, mas ainda nos sentimos bastante inconformados em relação ao crime de violação de advogados", disse Renata Gil.

O projeto seguiu à reanálise da Câmara dos Deputados, onde as associações já trabalham. Na defesa da magistratura, as entidades estão em atuação alerta e diuturna no Legislativo.

Além do projeto de abuso de autoridade, os dirigentes associativos tratam, nas reuniões com parlamentares, de mais projetos que interessam a magistratura, como a Reforma da Previdência, o restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço – atual VTM (Valorização por Tempo na Magistratura e no Ministério Público) e as eleições diretas nos tribunais de Justiça. ■

Magistrados e ministros na abertura do seminário

PESQUISA EM DEBATE

Seminário une magistrados e especialistas para debater o estudo "Quem somos. A magistratura que queremos"

por **EVELYN SOARES**

"A magistratura que queremos" foi tema de seminário da EMERJ (Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro) em 17 de junho. Ministros, magistrados, jornalistas e especialistas brasileiros e estrangeiros debateram aspectos da pesquisa da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros). Cerca de 500 pessoas lotaram o auditório Antônio Carlos Amorim, no TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro).

Na abertura, o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, afirmou que "nós, juízes, devemos ser independentes. Em primeiro lugar, independentes. Olimpicamente independentes". Para o futuro presidente da Corte, os profissionais da magistratura devem ter "nobreza de caráter" e "a arte de fazer uma Justiça caridosa".

O painel "A pesquisa 'Quem somos. A magistratura que queremos'" foi mediado pela presidente da AMAERJ, Renata Gil. Participaram magistrados incumbidos do trabalho preliminar (Marcia Hollanda, do TJ-RJ; Micheline Jatobá, do TRE-PB; Durval Rezende, do TJ-SP) e os sociólogos Luiz Werneck Vianna e Marcelo Baumann Burgos. Renata explicou que a pesquisa foi idealizada por Luis Felipe Salomão, ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça), e conduzida pelos mesmos sociólogos do primeiro estudo, de 1998. O mais recente trouxe dados novos, como a queda na entrada de mulheres na magistratura.

"Percebemos que, neste período, houve um processo inverso de feminilização da magistratura. Notamos que, na primeira pesquisa, havia uma linha crescente de mulheres no Poder Judiciário, e agora ela caiu. Por que? Como? Isso é regionalizado ou não? A partir deste trabalho, podemos trabalhar nos grupos temáticos do Conselho Nacional de Justiça para impulsionar políticas públicas neste sentido", exemplificou Renata Gil.

O seminário contou com as observações de especialistas convidados, como o americano Bryant Garth, vice-reitor da Irvine School of Law da Universidade da Califórnia. Ele palestrou sobre a obra clássica "Acesso à Justiça", da qual é coautor com Mauro Cappelletti *(leia a entrevista)*.

O painel com os jornalistas Heraldo Pereira (TV Globo) e Carolina Brígido ("O Globo") foi mediado pelo ministro Salomão. Pereira tratou da relação entre magistrados e jornalistas. "Usamos outra linguagem, informal. O Direito tem sua linguagem. Acho fundamental que os tribunais tenham assessoramento que possa ajudar nesta intermediação, que atendam os jornalistas e magistrados para o bem de uma comunicação com a sociedade".

Para Carolina, a comunicação clara auxilia na informação do público. "Esta comunicação não é ruim para o juiz. Ele é um servidor público que, em uma decisão, beneficiou parte da sociedade. A imprensa é o canal de comunicação. A gente está ali pra traduzir o Judiciário", afirmou. ■

FOTOS: MATHEUS SALOMÃO/AMAERJ

Professor Bryant Garth

Caminhos para a mudança

"Pelo que foi dito no seminário, os juízes de hoje estão sobrecarregados"

Bryant Garth, vice-reitor da Irvine School of Law (Universidade da Califórnia), foi o convidado especial do seminário da EMERJ. Ele é coautor do "Projeto Florença", realizado com o jurista brasileiro Mauro Cappelletti nos anos 70, que resultou em "Acesso à Justiça", livro publicado em 1998.

FÓRUM: O livro "Acesso à Justiça" foi a base para a primeira pesquisa sobre o perfil da magistratura brasileira, em 1998. Como o sr. enxerga a evolução do sistema de Justiça brasileiro no período?

BRYANT GARTH: Não existe história simples. Há algumas implicações que não mudaram desde 1998 O estudo atual sugere muitas mudanças. Existe um ideal romântico de que juízes são líderes na promoção de mudanças e trazem justiça à população. Antes, à época da Constituição de 1988, havia a ideia de que eles trabalhariam para promover o acesso à Justiça aos mais necessitados.

Pelo que foi dito no seminário, os juízes de hoje estão sobrecarregados, decidindo e trabalhando nos casos. Este dado não aparecia na primeira pesquisa. Com essas mudanças, parece que os juízes estão em um mundo mais tradicional.

FÓRUM: A entrada de mulheres na magistratura caiu desde a primeira pesquisa, em 1998. Como é este cenário nos Estados Unidos?

BG: Tem havido uma gradual e forte mudança para mulheres e minorias. Diferentes presidentes demonstram sua preocupação com isso. Donald Trump não está, mas até ele tem que reconhecer que deve fazer alguns compromissos sobre a diversidade no sistema de Justiça. Obama, Bush estavam preocupados em abrir o sistema de Justiça e acredito que é compreensível, que o faz melhor, com mais conhecimento de diferentes experiências.

FÓRUM: Quais caminhos podem ser trilhados para este cenário mudar no Brasil?

BG: Ajuda muito se as estudantes tiverem como mentores juízes respeitados, que sejam modelos. É simples: precisamos que entrem nas salas de aula e expliquem as dificuldades e o que há de positivo em ser uma mulher juíza. Esse tratamento deve ser realista, e não parecer que é pura meritocracia.

A mudança é lenta, e pode retroceder porque, em cada instituição que existe há muito tempo, existe uma imagem de quem é um grande professor ou juiz, e ele é homem, de meia-idade, e em geral, branco. Essas pessoas têm uma vantagem natural. Se não, você tem que provar que você merece estar ali, e isso é muito mais difícil do que não provar que se é qualificado. ■

CARIOCANDO

CULTURA + TURISMO + ESPORTE + LITERATURA

Parede com telas de Ozias, expoente nacional do naïf

CULTURA

Talento e brasilidade, trunfos da Arte Naïf

CULTURA p.32
Acervo do Museu Naïf lota o Parque Lage

TURISMO p.34
Quebec é a França preservada ao norte do continente

ESPORTE p.37
AMB comemora 70 anos com competições esportivas

ESTANTE p.38
Conheça cinco lançamentos editoriais do semestre

FOTOS: ROSANE NAYLOR/EMERJ E MATHEUS SALOMÃO

NAÏF, a arte intuitiva que encanta e surpreende

Exposição no Parque Lage agrega naïf e contemporâneo

por **SERGIO TORRES**

A naïf é a arte internacionalmente conhecida como da espontaneidade, do instinto, em que o autor, por não ter cursado escolas de belas artes, age de modo autodidata. É a expressão, geralmente pictórica, da pessoa que não passou pelo aprendizado da arte clássica ou popular. Não à toa a palavra naïf significa ingênuo, na língua francesa.

Apresentados os rótulos costumeiros da arte naïf, deixemos claro: seus trabalhos são de qualidade ímpar, seus artistas encantam pelo talento. E o Brasil é um de seus principais polos mundiais.

No Rio de Janeiro, funcionou por 21 anos o Museu Internacional da Arte Naïf (Mian), com o raro acervo de 6.000 peças de artistas de 120 países, o mais importante do planeta dedicado à chamada arte primitiva. O museu fechou, mas o acervo continua no casarão histórico do Cosme Velho, bairro na Zona Sul carioca.

O motivo do encerramento, em 23 de dezembro de 2016, foi a crise financeira, que dificultou a captação de patrocínios, conforme anunciou à época a diretora Jacqueline Finkelstein, filha do fundador do Mian, o colecionador francês Lucien Finkelstein (1931-2008).

Para não deixar longe do público os trabalhos de qualidade guardados há quase três anos, a Escola de Artes Visuais (EAV) do Parque Lage abriu em maio a exposição "Arte Naïf – Nenhum museu a menos", que reúne 325 obras do acervo e trabalhos de 38 artistas contemporâneos, como Nelson Leirner e Barrão.

"É a maior coleção de arte naïf do mundo. A ideia da exposição surgiu da necessidade de mostrarmos a importância da coleção. São obras de artistas geniais, que pouco conhecemos", relata o economista Fabio Szwarcwald, diretor-presidente da EAV.

Mais do que anunciar a exposição, que é gratuita e se encerra em 7 de julho, a proposta deste texto é informar o leitor sobre a existência de um museu reconhecido internacionalmente e que se encontra vedado à visitação por falta de dinheiro.

A mostra no Parque Laje tem, também, o objetivo de alertar os brasileiros para a situação crítica do Mian e de grande parte dos museus do país – 261 fecharam por falta de verba e problemas de manutenção. A receptividade do público é grande. Em cada fim de

ESCOLA DE ARTES VISUAIS DO PARQUE LAGE (EAV)

ENDEREÇO Rua Jardim Botânico, 414, Zona Sul do Rio

ACESSO grátis

HORÁRIOS Segunda a quinta-feiras - 9h às 19h
Sexta-feira, sábado e domingo – 9h às 17h

1. Panorama de um dos salões da exposição naïf **2.** Tela do mestre Odoteres Ricardo de Ozias **3.** "Saudando Iemanjá", também de Ozias **4.** De autoria de J. Altair,o quadro "Ceia Política" é de 1984 **5.** "A Prainha", óleo sobre tela e eucatex, comprova o talento do pintor naïf e compositor Heitor dos Prazeres **6.** Pedro Paulo da Conceição, o PPC, retratou o incêndo da favela Praia do Pinto (Rio) neste acrílico sobre tela e eucatex

semana, cerca de 2.500 pessoas compareceram aos três salões do Parque Laje em que as obras naïf estão expostas.

Para o curador Ulisses Carrilho, a arte naïf não é praticada por artistas primitivos ou ingênuos, como induz a tradução da palavra para o português.

"É certo que essas pessoas não usaram técnicas clássicas, mas soluções próprias. Odoteres Ricardo de Ozias, por exemplo, veio de Minas Gerais, era negro, pastor evangélico. Suas obras nesta exposição são maravilhosas. Mostram festas populares, o cotidiano laboral, práticas religiosas", afirmou Carrilho.

Szwarcwald acrescenta: "É preciso mostrar às pessoas a potência do acervo. Que elas percebam que um trabalho naïf pode integrar uma coleção contemporânea".

À frente da EAV desde março de 2017, o diretor-presidente tem enfrentado com sucesso os percalços financeiros do Estado do Rio.

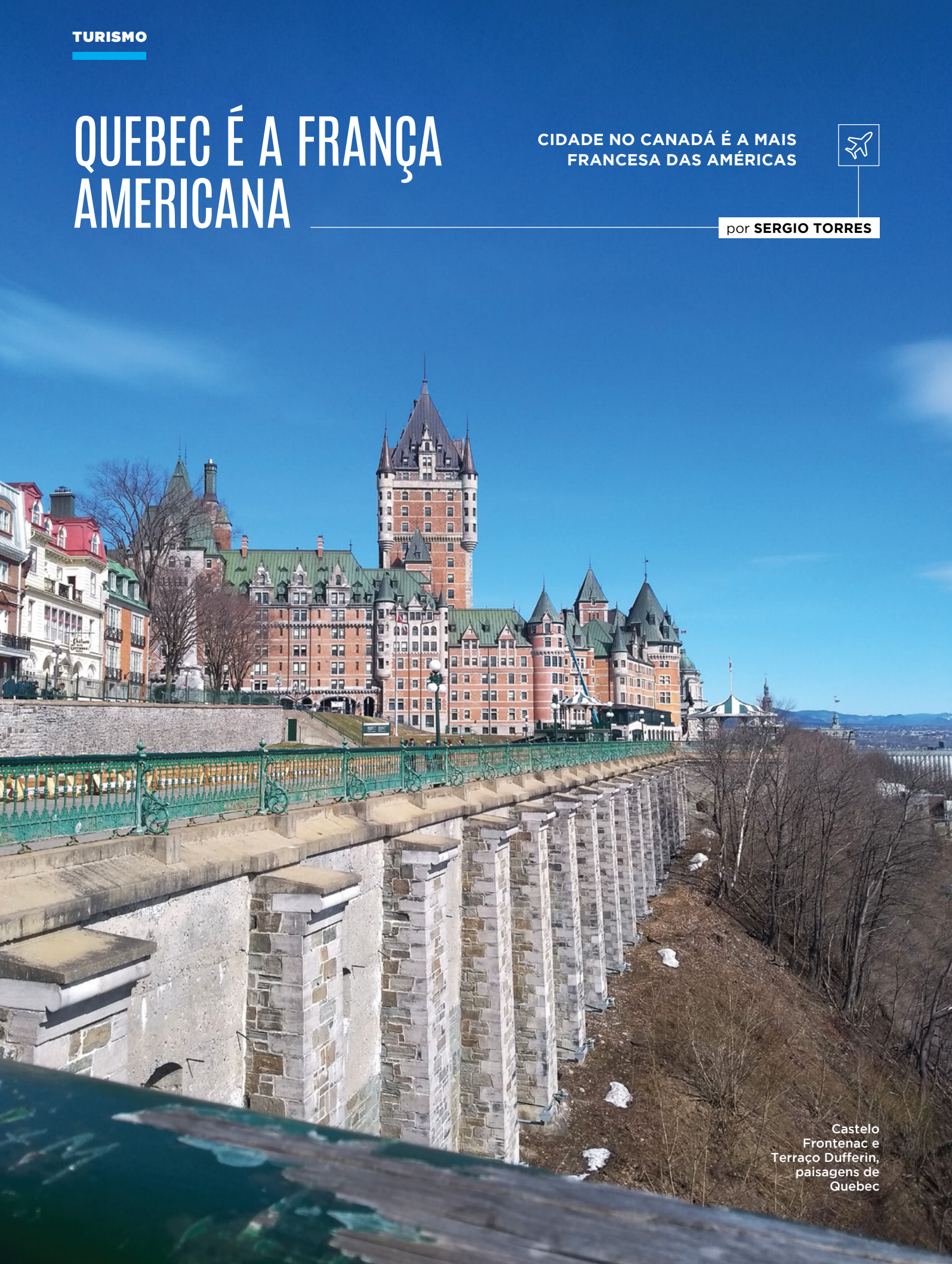
"Conseguimos entrar na Lei Rouanet pela primeira vez, com duas captações que somam R$ 50 milhões, para o plano anual e restauros. Criamos uma escolinha que em 2018 trouxe à EAV 3.000 crianças, das quais 2.000 com gratuidade. A EAV tem 500 alunos por semestre, 50 professores, 45 funcionários. Reativamos o programa de bolsas. É preciso ter projetos sérios, com bons resultados", disse ele. ■

FOTOS: MATHEUS SALOMÃO

QUEBEC É A FRANÇA AMERICANA

CIDADE NO CANADÁ É A MAIS FRANCESA DAS AMÉRICAS

por **SERGIO TORRES**



Castelo Frontenac e Terraço Dufferin, paisagens de Quebec

Promenade às margens do Rio São Lourenço

Parece que você está passeando na França. As pessoas falam francês, as placas na rua tem grafia francesa, os pratos nos cardápios não estão escritos na língua inglesa, como seria esperado. Afinal, estamos falando de uma cidade no Canadá, país da América do Norte colonizado pela Inglaterra desde o século 18. A encantadora Quebec é a França nas Américas.

O vínculo da região de Quebec com a França remonta a 1554, quando o explorador e aventureiro Jacques Cartier desembarcou e tomou posse das terras em torno do Golfo de São Lourenço, fundando a região que veio a ser conhecida como Nova França.

A colonização francesa veio a ser interrompida 200 anos depois, quando França e Inglaterra se enfrentaram em uma guerra sangrenta. Os confrontos terminaram em 1763, quando as então maiores potências da época assinaram o Tratado de Paris, pelo qual os derrotados franceses passaram ao inimigo o controle das terras canadenses.

Passados 256 anos, esperava-se que o passado francês do Canadá estivesse esquecido. Não é o que acontece. A cidade de Quebec é a capital da província homônima. Os 530 mil habitantes se expressam na língua francesa. Eles têm orgulho da origem e fazem questão de mostrar aos turistas que o lugar é um enclave da França em solo americano.

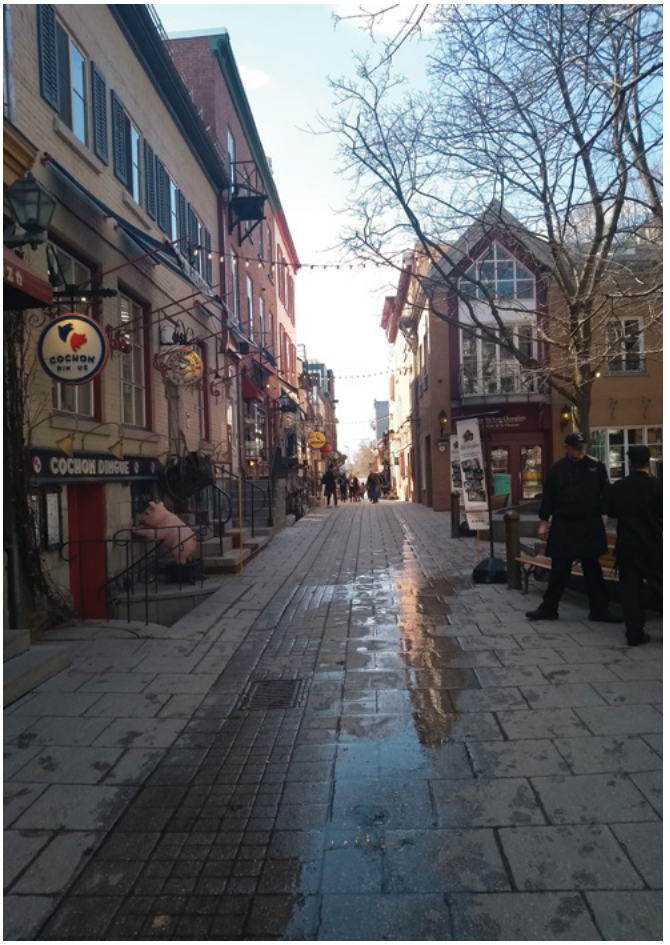
O visitante precisa de três dias para conhecer bem a cidade. Como Salvador da Bahia, Quebec tem uma cidade baixa e outra alta. Nas duas, são muitas as atrações. Mas é na Cidade Velha, na parte de cima, que se concentram os locais de maior interesse turístico.

O Castelo de Frontenac é uma espécie de cartão-postal de Quebec. Maravilhosa construção em tons de verde, o castelo é um hotel de luxo, suntuoso, espetacular. Suas dependências espantam pelo conforto extremo e pelo primor dos acabamentos, com veludos, candelabros, vitrais, luminárias, mobiliários em madeiras nobres. Inaugurado em 1893 para sediar o governo local, o Chateau Frontenac tem 650 quartos.

Ao lado do castelo fica o Terraço Dufferin, mirante que proporciona a mais bela paisagem do extenso Rio São Lourenço e da Cidade Baixa. É um calçadão de madeira impecável, repleto de turistas. No verão, há a apresentação de artistas os mais variados. No inverno, o vento é intenso e constante. A temperatura ali pode chegar a 30graus negativos. Portanto, agasalhe-se muito bem.

A Cidade Velha (ou Centro Histórico) é muito bem conservada. Pelas ruelas, há casas de quase três séculos em ótimo estado. Um dos passeios mais legais é à Cidadela, fortaleza construída para proteger Québec dos ataques inimigos. As muralhas da Cidadela ainda cercam a cidade.

FOTOS: SERGIO TORRES



Rua secular em Petit Champlain, bairro preservado na Cidade Baixa

Panorama da parte alta das cataratas de Montmorency, atração natural a 45 minutos do Centro Histórico

Quebec é a única cidade amuralhada no continente. Margeando a Cidadela há o Caminho dos Governadores, trilha agradável que liga as Planícies de Abraham, local das batalhas do século 18, ao Terraço Dufferin. A trilha acompanha a sinuosidade do Rio São Lourenço.

A 45 minutos de ônibus do bairro alto ficam as Cataratas de Montmorency, mais um passeio turístico obrigatório na região de Quebec. A queda d'água mede 83 metros de altura, mais alta até que as afamados Cataratas do Niágara, na fronteira do Canadá com os Estados Unidos.

Montmorency é um parque público de visitação gratuita. Está a 10 km de Québec. O turista pode cruzar a ponte de madeira exclusiva para pedestres, que passa em cima da cachoeira. Há ainda um teleférico entre a margem do rio São Lourenço e uma construção próxima às cachoeiras. O passageiro tem uma vista rara de Montmorency, de frente para a queda d'água.

No inverno, a cachoeira congela. Na parte de baixo, turistas passeiam sobre o rio congelado. São imagens incríveis, perpetuados pelos turistas em fotografias e filmagens.

A 250 km está Montreal, talvez a mais famosa cidade do Canadá. Também colonizada inicialmente pela França, Montreal é mais cosmopolita e industrializada que Quebec. Nela, a língua inglesa faz parte do dia a dia.

As atrações de Montreal também são muitas: a Cidade Velha, a grandiosa Catedral de Notre-Dame (considerada por especialistas a mais linda igreja da América do Norte) o Monte Royal, a Rua Saint Paul, a beira-rio, o porto com shoppings, cinemas e monumentos históricos.

Um dos destaques de Montreal é a cidade subterrânea, estratégia canadense contra o inverno rigorosíssimo. Por baixo de Montreal existem bairros com lojas, escritórios, restaurantes, bares, departamentos governamentais. Os acessos são geralmente pelas estações do metrô. Vale a pena passear nos subterrâneos modernos de Montreal. ■

ATRAÇÕES IMPERDÍVEIS EM QUEBEC

- Castelo Frontenac
- Terraço Dufferin
- Cidade Velha
- Cidade Baixa
- Cidadela
- Cataratas de Montmorency
- Bate-e-volta em Montreal

JOGOS COMEMORATIVOS FESTEJAM O 70º ANIVERSÁRIO DA AMB

COMPETIÇÕES ACONTECERÃO EM BRASÍLIA DE 11 A 14 DE SETEMBRO

por **MATHEUS SALOMÃO**

De 11 a 14 de setembro, magistrados de todo o país se reunirão em Brasília para participar dos Jogos Comemorativos da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros). O evento festejará os 70 anos da instituição. As competições acontecerão no Minas Brasília Tênis Clube (MBTC).

Poderão participar dos Jogos as associações filiadas à AMB e os magistrados associados à AMB, assim como seus dependentes, respeitadas às modalidades, categorias e limitações estabelecidas no regulamento. Haverá oito modalidades esportivas: basquete, beach tênis, corrida rústica, futebol sênior, futsal, tênis de quadra, voleibol de areia e de quadra.

As inscrições estão abertas no site da competição (www.amb.com.br/jogos2019/). Para participar não é necessário pagar qualquer taxa, mas, uma vez garantida a presença, o comprometimento é fundamental. No site há mais informações sobre o evento, como regulamento, programação, hospedagem e transporte.

A proposta dos Jogos é incentivar a prática do esporte entre os colegas e familiares, oferecer momentos de congraçamento e união e promover o bem-estar.

Na última edição dos Jogos Nacionais da Magistratura, em 2017, a delegação da AMAERJ conquistou 18 medalhas.

"Os Jogos Comemorativos dos 70 anos da AMB têm por objetivo demonstrar a importância do associativismo na magistratura, especialmente nos momentos tão conturbados pelos quais vem passando. Em momentos de 'caça às bruxas', a AMB atuou de maneira firme perante o Congresso, perante o Poder Executivo e até mesmo perante os tribunais superiores no intuito de defender os interesses legítimos dos magistrados e da própria sociedade", disse o diretor de Desportos da AMAERJ, Guilherme Rodrigues de Andrade.

> "OS JOGOS COMEMORATIVOS PROPROCIONAM UMA COMPETIÇÃO ESPORTIVA SADIA",
> **JUIZ GUILHERME DE ANDRADE**

O magistrado também destacou o a união que este evento proporciona. "Claro que, os Jogos Comemorativos também servem para revermos colegas de outros Estados e disputarmos uma competição sadia, que estimule a prática esportiva pelos juízes". ■

FOTOS: SERGIO TORRES E AMB/DIVULGAÇÃO

LITERATURA JURÍDICA TEM CINCO LANÇAMENTOS

FRATERNIDADE, DIREITO PROCESSUAL, QUILOMBOS, ECONOMIA E MARIA DA PENHA SÃO TEMAS DOS LIVROS SELECIONADOS

por **MATHEUS SALOMÃO**

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA FRATERNIDADE: *Seu resgate no sistema de justiça*

A obra do ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), trata da redescoberta do princípio da fraternidade. O autor entende que o Brasil precisa de um Sistema de Justiça eficiente e célere, que acompanhe as transformações sociais e garanta os direitos humanos fundamentais, propiciando uma sociedade mais fraterna. **Editora:** Editora D'Plácido.

POSSE E PROPRIEDADE DAS ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS NA ORDEM CONSTITUCIONAL

No resumo da tese, o desembargador **Marco Aurélio Bezerra de Melo** aborda o vínculo entre a cultura quilombola e a proteção dos territórios onde existiram quilombos. O magistrado apresenta questões históricas e jurídicas das terras quilombolas no país, destacado temas como direitos humanos e direitos reais. **Editora:** Lumen Juris.

ANÁLISE ECONÔMICA DO PROCESSO CIVIL: *Como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça*

O juiz federal **Erik Navarro Wolkart** emprega a psicologia, a economia, a neurociência e a tecnologia para explicar a razão de crer na existência de um comportamento contínuo de não-cooperação entre juízes e advogados no âmbito do Processo Civil Brasileiro. Segundo o autor, o descumprimento de decisões judiciais, o desrespeito aos precedentes e a litigância de má-fé podem ser explicados, em parte, por incentivos criados pela legislação processual. **Editora:** Revista dos Tribunais, da Thomson Reuters.

ESTUDOS DE DIREITO PROCESSUAL EM HOMENAGEM A PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO

O livro homenageia o professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) **Paulo Cesar Pinheiro Carneiro**. A obra reúne artigos de 66 autores, entre juristas, professores e magistrados especialistas no Direito Processual Civil brasileiro. A coordenação é do ministro do STF Luiz Fux, dos desembargadores Aluísio Gonçalves de Castro Mendes e Cândido Rangel Dinamarco e do promotor de Justiça Humberto Dalla. **Editora:** GZ.

AS MARIAS DO BRASIL

A obra da promotora do MP-RJ **Carla Araújo** explica de forma simples a Lei Maria da Penha e o que é o feminicídio. A autora aponta as várias formas de violência contra a mulher e apresenta maneiras de ajudar a vítima a superar a situação de violência doméstica. Além das orientações legais, a obra traz poemas e reflexões com o objetivo de fortalecer a autoestima e promover o autoconhecimento. **Editora:** Siano.

FOTOS: DIVULGAÇÃO